

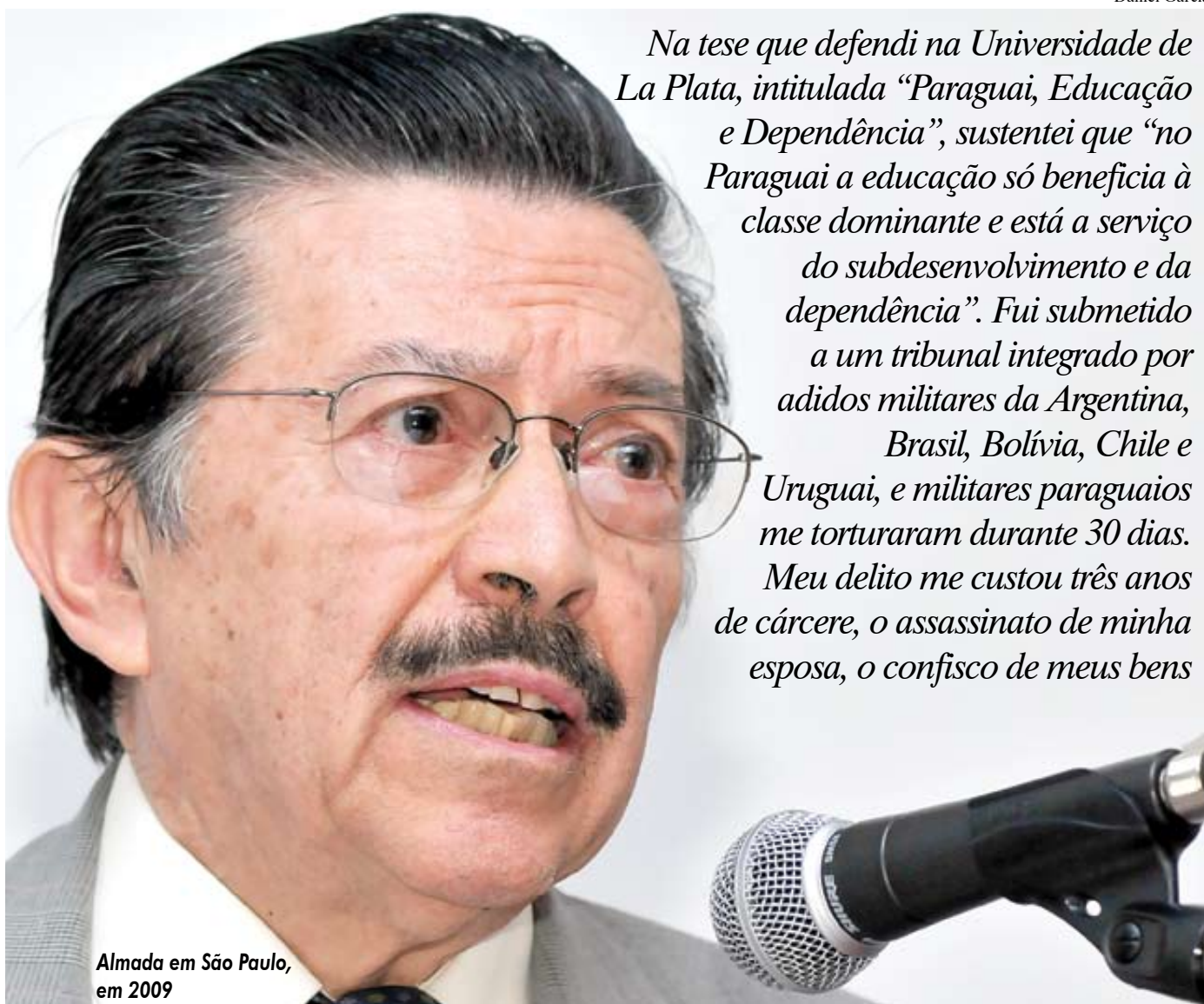
OPERAÇÃO CONDOR, CONSPIRAÇÃO MILITAR CONTRA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Martín Almada

Doutor em Ciências da Educação. Prêmio Nobel Alternativo 2002

Daniel Garcia

Na tese que defendi na Universidade de La Plata, intitulada “Paraguai, Educação e Dependência”, sustentei que “no Paraguai a educação só beneficia à classe dominante e está a serviço do subdesenvolvimento e da dependência”. Fui submetido a um tribunal integrado por adidos militares da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile e Uruguai, e militares paraguaios me torturaram durante 30 dias. Meu delito me custou três anos de cárcere, o assassinato de minha esposa, o confisco de meus bens



Almada em São Paulo, em 2009

Para compreender o que é a “Operação Condor” há que precisar, primeiro, o contexto histórico internacional, concretamente, o enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética conhecido universalmente como “Guerra Fria”. Na América Latina se conheceu como a *Doutrina da Segurança Nacional*, seu suporte ideológico.

Franck Gaudichaud, um estudioso do tema, faz uma interessante interpretação do contexto histórico. Nesse período dos anos 1950, 60 e 70 deu-se uma forte mobilização e politização social; um forte incremento de partidos e de organizações revolucionárias: a classe trabalhadora vislumbrou a possibilidade de definir e decidir um projeto de país solidário; os ventos de revolução centroamericana; o advento ao poder de governos nacionalistas que proclamaram a ruptura com o capitalismo. Por exemplo: Jacobo Arbenz na Guatemala, Paz Estenssoro na Bolívia, Perón na Argentina, Castro em Cuba, João Goulart no Brasil. No Paraguai o “delfim” do presidente Chávez, Roberto L. Petit, propõe a Reforma Agrária. O processo latinoamericano se aprofunda com o advento ao poder do governo democrático de Salvador Allende e também com o triunfo da revolução sandinista na Nicarágua. Ademais cabe consignar que corriam pela América Latina, como rastilho de pólvora, a teoria econômica da dependência, a Teologia da Libertação e a Educação Libertadora de Paulo Freire.

A enérgica intervenção militar norte-americana teve como resultado: um retrocesso do movimento

operário; uma era de *terrorismo de Estado*; destruição dos espaços de participação democrática; destruição física dos militantes e líderes dos movimentos revolucionários; controle da sociedade civil e desarticulação da sociedade política e relações privilegiadas com o setor empresarial multinacional que culmina com o estabelecimento do modelo econômico neoliberal, selvagem e criminoso.

Henry Kissinger, secretário de Estado norte-americano, foi o mentor/criador da “Operação Condor”, e Pinochet seu capataz, que levou à prática esse pacto criminoso. Que por sua vez contou com o apoio de todas as forças militares da região: generais João Baptista Figueiredo (Brasil), Jorge Videla (Argentina), Alfredo Stroessner (Paraguai), Hugo Banzer (Bolívia) e Gregorio Álvarez (Uruguai).

Segundo Patricia Mc Sherry, da Long Island University e estudiosa da Operação Condor, “vários documentos recentemente desclassificados pelo Departamento de Estado demonstram que oficiais militares de inteligência dos Estados Unidos consideraram Condor como uma “organização contraterrorista legítima”.

“Os arquivos secretos da polícia política do Paraguai foram descobertos em 1992 com apoio judicial. Eles continham a documentação da Operação Condor”

Em 22 de dezembro de 1992, com apoio judicial, descobri o Arquivo Secreto da Polícia Política do ex-ditador Alfredo Stroessner, que continha documentos desde o ano 1929: perseguição aos anarquistas, socialistas, comunistas e subversivos. Encontram-se neste arquivo documentos sobre a perseguição política no Paraguai, a conexão Nazi, a Operação Condor e o tráfico de armas. A descoberta dos arquivos paraguaios foi essencial. Em 1975, os serviços de inteligência do Cone Sul sistematizaram a cooperação informal que mantinham estes países.

Nestes arquivos há uma carta do general Contreras, da Dina¹, ao general paraguaio Guanes Serrano, denominando *Primer Encuentro de Trabajo de Inteligencia Nacional* o nascimento do Condor. Contreras propunha que as instalações da Dina fossem o quartel-general que centralizaria as operações.

Assunção, 1978: tem lugar o *Segundo Encuentro Bilateral de Inteligencia*, ao qual assistiram militares argentinos, paraguaios, bolivianos, uruguaios, brasileiros e chilenos. Ratificou-se o funcionamento da Operação, que definiam em três fases: intercâmbio de informações sobre o inimigo; investigação do objetivo; detenção (sequestro) e traslado do objetivo a seu lugar de origem.

Entreguei ao juiz espanhol Baltazar Garzón vários documentos do *Archivo del Terror*, com os quais se “aportam mais provas contra Pinochet” e que permitiram em grande medida a detenção do ex-ditador chileno em Londres durante 18 meses.

À luz do *Archivo del Terror* do Paraguai cada país sul-americano tinha seu próprio arquivo da repressão, porém o de Assunção era o mais eficiente, porque era o país de maior estabilidade política da região.

Na reunião de Inteligência levada a cabo em Santiago do Chile para a constituição do *Operativo Cóndor* ou Operação Condor (25.11.01.12.75), Manuel Contreras, representante de Pinochet, propôs entre outras coisas aos participantes do evento estabelecer um arquivo centralizado de antecedentes de pessoas, organizações e outras atividades conectadas direta ou indiretamente com a subversão. Em linhas gerais, algo similar ao que a Interpol possui em Paris, porém voltado à “subversão”. Na oportunidade se estabeleceu a transmissão de comunicação por telex, o que nos faz compreender a enorme quantidade de telex nos arquivos secretos da polícia política da ditadura paraguaia.

Também na ocasião se aprovou que os adidos Condor nas embaixadas têm que gozar de imunidade diplomática para o êxito da sua missão (*Archivo del Terror*, documento 0002F0155/0164). Ademais pactuou-se como métodos de trabalho: o desaparecimento dos opositores; a tortura sistemática; a entronização, ou controle e manipulação, dos meios de comunicação; o exílio forçado de grupos sociais e políticos.

O enviado da Dina chega a Assunção em 2 de novembro de 1975 e reúne-se imediatamente com o embaixador chileno e o adido militar. (Cabe destacar que a sede da representação diplomática chilena

funcionava num imóvel de propriedade do chefe da repressão política paraguaia, Pastor Coronel.) Segundo pesquisa de John Dinges, renomado professor universitário norte-americano, assistiram à reunião de Santiago o capitão da Marinha Jorge Casas (Argentina), o major Carlos Mena (Bolívia), o general Manuel Contreras (Chile), o coronel José Fons (Uruguai) e o general Benito Guanes Serrano (Paraguai). O Brasil se integrou um ano depois, porém se negou a participar de ações criminosas fora da América Latina.

“Minha experiência pessoal com os adidos militares se deu em 26/11/1974, quando fui seqüestrado. O tribunal militar tipificou meu delito como terrorismo intelectual”

Fui seqüestrado pela polícia política em 26 de novembro de 1974 e levado diretamente a um tribunal integrado pelos adidos militares da Argentina, Brasil, Chile, Bolívia e Uruguai, logicamente com a presença dos generais paraguaios Alejandro Fretes Dávalos, Condor 1, e Benito Guanes Serrano, Condor 2. O coronel Jorge Oteiza Lopes, das Forças Aéreas do Chile, queria conhecer meus contatos com os “subversivos” da Universidade do Norte, em Arica, onde realizei estudos de sociologia da educação. O chefe de Polícia de

Córdoba (Argentina), comissário Héctor García Rey, queria conhecer meus contatos com os “subversivos” da Universidad de La Plata, onde realizei meu doutorado em Ciências da Educação. “Paraguai, Educação e Dependência” foi o tema da minha tese em La Plata, na qual assinalei que a “educação no Paraguai só beneficia a classe dominante e está a serviço do subdesenvolvimento e da dependência” (1974).

Como diretor do Instituto Juan Bautista Alberdi aplicamos as idéias de Paulo Freire da educação libertadora e concretizamos a democracia na aula. Como presidente da Associação dos Educadores de San Lorenzo, criamos a Cooperativa de Consumo, de Poupança e Crédito. Finalmente, construímos, sob o sistema de ajuda mútua, a Vila do Professor e proclamamos: “Por uma casa própria a cada educador paraguaio”.

Todas estas experiências solidárias foram analisadas pelo Tribunal Militar Condor e meu delito foi tipificado como *terrorismo intelectual*, o que me custou três anos de cárcere.

Minha esposa, a educadora Celestina Pérez, morreu como consequência da tortura psicológica a que foi submetida pela polícia política de Pastor Coronel. Fizem-na escutar por telefone meus prantos e gritos, e no décimo dia, à meia-noite, chamaram-na para comunicar minha morte e que “venha retirar o cadáver”. A notícia produziu um forte impacto e ela sofreu um infarto. Morreu de dor em 5 de dezembro de 1974.

Pude recuperar minha liberdade provisoriamente depois de trinta dias de greve de fome em setembro de 1977 graças às enérgicas gestões do Comitê de Igrejas e da Anistia Internacional. Logo o governo do Panamá me concedeu asilo político e também me apoiou para lograr uma posição na Unesco de Paris como consultor para a América Latina (1978/1992).

Minha experiência pessoal com a Operação Condor no âmbito universitário foi em abril de 1972 na Universidad de La Plata, onde realizei meus estudos de doutorado na qualidade de bolsista do governo argentino. De modo muito casual encontrei-me na dita Universidad com o adido militar da Argentina no Paraguai, coronel Juan Carlos Moreno. Eu o conhecia porque fui diretor do Instituto Juan Bautista Alberdi, do Paraguai, que mantinha uma estreita relação com dita representação diplomática em Assunção. Ele me explicou que havia se reformado como militar e que neste momento atuava como assessor técnico do reitor, dr. Guillermo Gallo, também ex-militar.

Trinta anos depois tomei consciência de que o trabalho específico do coronel de inteligência Juan Carlos Moreno na Universidad de La Plata foi a preparação da lista dos subversivos, estudantes e professores que posteriormente foram detidos, torturados, desaparecidos e exilados (hoje presumo que foi o coronel Moreno que enviou ao governo ditatorial de meu país um exemplar da tese que defendi na Universidad de La Plata).

Trinta anos depois tomei conhecimento de que o dr. Guillermo Gallo foi ao Rio de Janeiro na década de 1970 e tomou contato com as autoridades universitárias brasileiras, oferecendo sua experiência para limpar de comunistas os centros de estudos universitários. Esta é a prova autêntica de que nossa ignorância de ontem e de hoje foi planejada com grande sabedoria em Washington, por meio de sua Secretaria de Estado, do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Depois de 15 anos de paciente investigação em Paris, onde fui um educador desterrado a serviço da Unesco, como consultor para América Latina, em 22 de dezembro de 1992, em Assunção, coube-me a honra de abrir as portas do passado com o apoio de um jovem e valente juiz penal, José Agustín Fernández, e por elas pudemos aceder a essa história contada pelos próprios repressores com a frieza do esquema nazista: o arquivo da Operação Condor.

No campo de concentração de Emboscada, a ditadura nos pôs todos juntos: anarquistas, socialistas, liberais, colorados, febristas, independentes, maoístas, trotskistas, ateus, seguidores da Bíblia, comunistas, membros das ligas agrárias cristãs, camponeses simpatizantes da Teologia da Libertação. Ali nos contaminamos ideologicamente todos os 400 prisioneiros e o resultado foi que foram lançados ao “mercado” 400 mulheres e homens com alta cons-

ciência revolucionária para avançar ao socialismo. Que ironia do destino, não é verdade?

“Professores e estudantes da Universidade de La Plata estão investigando o tema Condor no âmbito universitário. O giz branco de nossas salas de aula foi ensanguentado pelos militares da região, a serviço dos Estados Unidos”

Por este motivo brindo todo meu apoio aos professores e estudantes da carreira de Ciências da Comunicação da Universidade de La Plata, que estão levando adiante tão importante trabalho de investigação sobre o tema “Condor no âmbito universitário, Conspiração contra a Sociedade do Conhecimento”. Penso que também as universidades do Rio de Janeiro deverão somar seus esforços para esclarecer as violações aos direitos humanos cometidas nas universidades brasileiras, porque temos que conhecer a verdade para que atue a justiça, porque há milhares de famílias destroçadas pela Operação Condor que todavia não podem elaborar sua dor.

O giz branco de nossas salas de aula foi ensanguentado pelos militares da região a serviço de uma potência estrangeira, os Estados Unidos. Cabe destacar que o sal-

do trágico do Condor na América Latina foram mais de 100 mil vítimas inocentes, em sua maioria dirigentes operários, estudantes, professores, investigadores, artistas, jornalistas, médicos, advogados, intelectuais, vale dizer, a intelectualidade da América Latina. O delito desses supostos subversivos foi haver carregado como armas seus lápis, querendo desenhar um país justo, sem exclusões, quer dizer: *revolucionário*.

Atílio Boron, em seu prólogo a *Nova Hegemonia Mundial*, diz textualmente: “Nos momentos em que as ditaduras pareciam a ponto de acabar com as ciências sociais desta região, quando tais regimes perseguiram ou assassinavam nossos cientistas sociais, um departamento especializado (SAREC) da Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASD) cumpriu um papel essencial não somente para salvar as vidas de nossos colegas. Basta recordar que se calcula em mais de 2 mil cientistas sociais os que nos anos 1970 tiveram que sair forçadamente de seus países” (Clacso, 2004).

O projeto de pesquisa que o Centro de Pesquisas em Estudos de Opinião Pública da Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade de La Plata realiza demonstrará que a última ditadura militar argentina (1976-1983), ao intervir nas universidades de todo o país, instalou *uma conspiração contra a sociedade do conhecimento* através da perseguição ideológica, com o conseqüente desaparecimento de intelectuais, artistas, estudantes e em particular os dirigentes sindicais.

As universidades brasileiras não foram alheias a um regime militar que tinha por objetivo implementar uma perseguição física e ideológica em todos os setores: políticos, sindicalistas, industriais, religiosos e a sociedade toda foram submetidos a um governo que implantou o terror como forma de submissão. Porém o “Processo de Reorganização Nacional” que as Forças Armadas argentinas encarnaram era parte de um roteiro que possuía os mesmos objetivos e idênticas formas e fins em vários países do Cone Sul.

O que se comprovou como Operação Condor, a vinculação entre civis e militares de nossos países que tinham como meta a aniquilação pela desaparecimento física ou o silenciamento de vastos setores de nossas sociedades para instalar *manu militari* o modelo neoliberal, isto é, privatização selvagem, teve seu correlato nas universidades nacionais. O novo paradigma está fundado sobre a idéia de um *mercado total* e introduz a *total insegurança social*. O ruído de sabres permitiu brotar como fungos os colégios e universidades privadas que formaram a nova camada dirigente do neoliberalismo.

Por intermédio de fichas e expedientes achados na Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade de La Plata demonstrou-se que eram objeto de aniquilamento e desaparecimento não apenas os alunos argentinos, mas também de outras nacionalidades que se encontravam estudando ali.

Além dos estudantes argentinos, paraguaios, peruanos, colombianos, equatorianos e bolivianos que aparecem nomeados nas listas encontradas pela equipe de pesquisa, existem as que dão conta de estudantes e docentes expulsos, suspensos e investigados por se encontrarem fora da concepção ideológica da Operação Condor nas universidades. Os expedientes mencionam 35 alunos de universidades nacionais que foram sancionados e hoje encontram-se desaparecidos. Assim, as mais de 700 fichas dão mostra cabal da ação militar de nossos países nas universidades do Cone Sul.

“A Lei 21.276 estabeleceu, no artigo 7º: ‘Fica proibida, no recinto das universidades, toda atividade que assuma formas de doutrinação, propaganda, proselitismo ou agitação de caráter político ou gremial, docente, estudantil ou não docente’” (29/3/76)

A militarização das universidades teve como consequência direta a imposição de um cenário perverso, no qual os interventores militares ocuparam o lugar do “saber dizer”, do “saber pensar” e de “modelos a imitar para eradicar os elementos desagrega-

dores que perturbaram a ordem”. Assim, em seu *Comunicado nº 2* a ditadura militar argentina expressa: “Comunica-se a toda a população que todas as fontes de produção e locais de trabalho, estatais e privados, a partir dessa data serão considerados objetivos de *interesse militar*. Buenos Aires, 25/3/76”.

O *Comunicado nº 19* diz: “Comunica-se à população que a Junta de Generais resolveu que seja reprimido com pena de reclusão por tempo indeterminado aquele que por qualquer meio difundir, divulgar ou propagar comunicado ou imagens provenientes ou atribuídas a associações ilícitas ou pessoas ou grupos notoriamente dedicados a atividades subversivas ou ao terrorismo. Será reprimido com reclusão de até dez anos aquele que por qualquer meio difundir, divulgar ou propagar notícias, comunicados ou imagens com o propósito de perturbar, prejudicar ou desprestigiar as atividades das Forças Armadas, de segurança ou policiais. Buenos Aires, 24/3/76”.

A Lei 21.276 estabeleceu, no artigo 7º: “Fica proibida, no recinto das universidades, toda atividade que assuma formas de doutrinação, propaganda, proselitismo ou agitação de caráter político ou gremial, docente, estudantil ou não docente. Buenos Aires, 29/3/76”.

A dra. Sandra Carli, no interessante artigo “Rupturas e continuidades”, publicado pelo Instituto Espaço da Memória, diz o seguinte: “A ditadura militar significou

no campo da educação um corte dramático: o desaparecimento de numerosos professores, mestres e estudantes de distintos níveis do sistema educativo se combinou com uma política de repressão e censura, mais o que alguns autores chamaram *um golpe contra os livros*. Desde a escola primária até a universidade, desde o jardim de infância até os centros culturais e bibliotecas foram afetados pela Ditadura Militar quando se instalou uma política de controle e disciplinamento das instituições sob a hipótese de que todas elas eram potencialmente espaços da *subversão apátrida*”.

“Numa perspectiva histórica mais larga, implicou um corte nos processos de transmissão intergeracional da cultura, provocado pela desaparecimento e exílio de muitos professores, porém também pelas formas de *autocensura*. Uma cultura que nos primeiros 70 tinha uma vitalidade significativa, discurso crítico, projeto político, inquietude intelectual e renovação pedagógica. Daquele clima ao obscurantismo da segunda metade dessa década houve só um passo, que identificamos retrospectivamente muitos dos que transitamos na escola secundária durante essa etapa.”

“A ditadura deteve a modernização, renovação e desenvolvimento institucional das universidades públicas, déficit que no ciclo democrático ainda não conseguiu saldar. A distância que se vai configurando entre o setor público e o privado.”

“Minha própria experiência evoca algumas imagens: o clima

rarefeito e silencioso da escola secundária, as marchas contra a ditadura militar dos anos 80 na Universidade de Buenos Aires, o tédio da formação universitária antes do retorno à democracia. Todas as trajetórias educativas na Argentina têm as marcas da ditadura militar, que de distintas maneiras destruíram, impossibilitaram ou obstruíram itinerários plurais de ensino, aprendizagem e vinculação ao conhecimento” (Buenos Aires, 2007).

Também Ricardo Peidró, em seu artigo “Os grupos econômicos financiaram o genocídio”, diz: “Dos 30 mil desaparecidos, 68% eram trabalhadores. Foram expulsos de seus postos de trabalho acusados de subversivos. O seqüestro e assassinato dos melhores filhos da classe trabalhadora impôs o terror nas suas famílias. Por meio da Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) denunciemos o plano concertado pelos grandes grupos econômicos para *implementar o terrorismo de Estado e o genocídio*, que teve como objetivo disciplinar socialmente a classe trabalhadora e impor o neoliberalismo como modelo econômico e social. Esses grupos econômicos financiaram e apoiaram de diversas formas o genocídio e o terror como forma de governo: Ford, Mercedes Benz, Engenho Açucareiro Ledesma, Estaleiro Astarsa, Metrina, Acindar e Siderca são exemplos concretos de cumplicidade que pretendeu desarticular e romper todas as formas de organização social e solidária”.

“A polícia política inventariou e apreendeu os livros de inspiração marxista da Biblioteca da Universidade Católica do Paraguai, em 7/4/1976. A juventude estudiosa paraguaia só podia ler livros de autores norte-americanos, ou autores nacionais pró-ianques”

O comissário Victorino Oviedo, treinado nos Cursos de Alta Inteligência da Argentina, Ángel Mario Ali, advogado, e o escrivão Juan José Benítez Rickman, funcionários da polícia política a cargo de Pastor Coronel, constituíram-se ante o reitor da Universidade Católica do Paraguai, Jorge Adolfo Livieres, para inventariar e apreender os perigosos livros de inspiração marxista existentes na Biblioteca Católica. Isso foi em 7 de abril de 1976. Para tanto, o escrivão repressor lavrou a ata correspondente. A partir de 22 de dezembro de 1992 os livros foram parar no *Archivo del Terror* (documento 00132 F, 2053 e 2054).

No documento consta, ainda, que o escrivão Juan Rickman foi “informante”: “Comissionou-se o comissário Antonio Taboada para os efeitos de verificar o informe proporcionado pelo escrivão Juan José Benítez Rickman sobre os

antecedentes do cidadão Emílio Antonio Moran, empregado da Intendência Geral do Exército”. Durante a ditadura o escrivão Benítez Rickman foi promovido ao cargo de porta-voz oficial do governo. Atualmente, os três repressores em questão (Oviedo, Ali e Benítez Rickman), que nos negaram o direito à vida e à liberdade, andam soltos pelas ruas, como se nada houvesse ocorrido, na mais absoluta impunidade. A impunidade é incompatível com a democracia.

A invasão cultural norte-americana começou, no Paraguai, quando enviou um *expert* em educação, Ralph Burn, para criar a Cidade Universitária na localidade de San Lorenzo, em 20 de junho de 1959. No seu informe final, ele ressaltou que chamou sua atenção o fato de que “os estudantes universitários paraguaios têm uma inclinação demasiado grande a introduzir política nos assuntos da Universidade”. Posteriormente a Universidade Nacional de Assunção firmou convênio com a Usaid Paraguai e a Universidade do Novo México, com a finalidade de criar um programa de venda e aluguel de livros. Isso implicava que a juventude estudiosa paraguaia podia ler somente livros de autores norte-americanos, ou autores nacionais ou latino-americanos, porém pró-ianques (Almada: “Paraguai, Educação e Dependência”, 1979).

A propósito da Operação Condor como uma conspiração contra a sociedade do conhecimento, destaco que os objetivos da equipe de pesquisa da Universidade de La Plata são:

-Investigar nome e sobrenome de civis e militares que implementaram a política de perseguição física e ideológica nas universidades nacionais;

-Analisar os vínculos existentes entre as Forças Armadas que levaram a cabo a Operação Condor Universitário;

-Levar a cabo uma investigação de análise crítica do discurso, para desentranhar a perversa trama que subjaz nos expedientes encontrados;

-Levar a cabo novas buscas em arquivos universitários de faculdades e universidades nacionais, de documentos da época;

-Estabelecer vínculos com universidades e países do Cone Sul para que reproduzam essa investigação;

-Estabelecer vínculos com países, organizações e personalidades que investigam e defendem os povos dos delitos de lesa-humanidade.

***“Pinochet foi processado
por crimes de lesa-
humanidade na Espanha,
Suíça, França, Itália,
Alemanha, Argentina e no
seu próprio país, onde os
juízes não tiveram coragem
de ordenar a remessa
do genocida ao cárcere”***

França e Estados Unidos foram os grandes difusores, na América Latina, do *terrorismo de Estado*. Organizam centros, particularmente os Estados Unidos, para ensinar

os métodos de tortura. Enviaram assessores, instrutores. Difundiram uma quantidade extraordinária de material bibliográfico. A propósito, encontramos no *Archivo del Terror* um documento norte-americano intitulado “Como manter vivos os torturados”, que logo desapareceu misteriosamente. Como antecedente do *terrorismo de Estado* na América temos a mensagem do presidente Johnson ao Congresso, em 1963: “Nosso objetivo principal na América Latina é ajudar, onde seja necessário, ao contínuo desenvolvimento das forças militares e paramilitares, capazes de proporcionar, em união com a polícia e outras forças de segurança, a necessária segurança interna”.

Pinochet com sua Operação Condor na década de 1970 globalizou o *terrorismo de Estado* e hoje, com a globalização da justiça, o general chileno foi processado por crimes de lesa-humanidade na Espanha, Suíça, França, Itália, Alemanha, Argentina e no seu próprio país, onde todos os juízes, sem exceção, não tiveram coragem de ordenar a detenção e remessa ao cárcere do genocida Pinochet. Na democracia a justiça chilena é complacente com os ladrões e verdugos, e implacável com os sonhadores. Pinochet morreu impune, levando consigo milhões de dólares.

O poder militar não existe para definir uma nação. O poder militar existe para defender a nação. Sua missão essencial é garantir a integridade territorial e defender as autoridades legitimamente constituídas. Na década de 1970 houve uma abusiva e ilegal intervenção do setor militar na gestão política e na gestão

repressiva, como guarda pretoriana. Valha este exemplo encontrado no *Archivo del Terror*: em 5 de agosto de 1969, Informe 484, o chefe da Segunda Seção do Estado Maior do Exército brasileiro pede ao ditador Stroessner informações sobre cidadãos civis e militares brasileiros, no período pré-Condor. Pede informação sobre Carlos Lamarca, capitão do Exército brasileiro; seu filho Antonio Lamarca; e Gertrudes da Concepcion Lamarca. Também pede antecedentes do soldado brasileiro Carlos Roberto Zanirato, do cabo José Mariane Ferreira Alves, do segundo sargento Jorge Rodrigues, de Deracília de Almeida Rodrigues etc.

A Lei de Anistia promulgada em 1979, ainda durante o regime militar brasileiro, exclui qualquer investigação para atribuição de responsabilidades pelos desaparecimentos. Compartilho plenamente o critério do Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel, quando afirma: “Anistia é uma coisa, investigação é outra”. Temos que conhecer toda a verdade para que atue a justiça. Uma anistia não invalida o direito dos familiares à investigação.

O poder judicial tem de ser o guardião da Constituição. Neste século XXI o poder real já não pode estar nos quartéis, mas nas urnas, na Constituição, nas instituições republicanas e democráticas. Finalmente, não podemos abrir as portas do futuro sem abrir o passado, sem impunidade. É hora de enfrentar a verdade e comprometer-se com a justiça na América Latina.

Nota

¹ Direção de Inteligência Nacional, órgão que comandava a repressão política no Chile.